

## REVISTAS FEMININAS E EDUCAÇÃO DA MULHER: o *Jornal das Moças*

Nukácia M. Araújo de Almeida  
Universidade Estadual do Ceará<sup>1</sup>

### Resumo

A partir do conceito de civilidade, de Nobeit Elias, analisamos a relação existente entre a leitura de revistas femininas e educação da mulher, no início do século XX. Descrevemos o suporte que serve de *corpus* para análise e recortamos a ocorrência do gênero textual *conselho*. Investigamos, assim, no discurso dos enunciadores como se opera com o conceito de civilidade, especificamente observamos como se promove a civilidade feminina.

**Palavras-chave:** Educação feminina, leitura, revistas femininas, civilidade

### Introdução

A revolução da Modernidade<sup>2</sup> compreende entre outros aspectos a difusão de um novo projeto educativo e a colocação desse projeto do âmbito do Estado. A projeção de educação nascida nesse período, por sua vez, seria marcada de uma antinomia constitutiva: a educação teria como função libertar e ao mesmo tempo dominar, controlar<sup>3</sup>.

A contradição realizou-se plenamente em duas instituições que, em particular, sofreram considerável redefinição e reorganização nesse período: a família e a escola. As duas instituições, responsáveis tanto pela experiência formativa dos indivíduos, como pela reprodução - cultural, ideológica e profissional – da sociedade encarregaram-se da formação pessoal e social do sujeito.

Renovada a função da escola, esta passou a estender sua ação formativa para outros âmbitos, tais como o do trabalho e o do tempo livre. Para o tempo livre, planejavam-se formas de transformar o *tempo de não-trabalho* em algo produtivo. Esse tempo, então, passou a ser gasto com a formação de indivíduos disciplinados e civilizados, mesmo fora do trabalho. Um dos meios de disciplinar e civilizar esse indivíduo seria a leitura.

É justamente no alcance dessa capilaridade formativa da escola e da família, pela determinação de leituras adequadas e inadequadas, que se encontra o objeto

---

<sup>1</sup> Bolsista da FUNCAP, aluna do doutorado em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará.

<sup>2</sup> Por Modernidade entende-se o período histórico que vai desde o século XVI até os dias atuais. Esse período pode ser dividido em duas fases: a primeira que vai de 1492 (descoberta da América) até 1789 (Revolução Francesa); a segunda da Revolução Francesa até os dias atuais.

<sup>3</sup> A antinomia, na verdade não se estabeleceria desde o início da Modernidade. Ela se configuraria no que chamamos de segunda fase, quando teria se tornado consciente a contradição entre o desejo de libertação de vários condicionamentos pelo indivíduo: do preconceito à ignorância, à cega submissão ao destino da classe; e o desejo de governo que, através de instituições (escola, família, prisão, hospital), controlaria e disciplinaria o indivíduo, tornando seus corpos e suas ações dóceis. (CAMBI, 1999)

de nossa investigação. A contenção de pulsões – a civilização – no dizer de Elias (1993), através de práticas de leitura pode ser constatada na recomendação de leituras de livros religiosos, catecismos e manuais de civilidade, por exemplo.

Visamos, então, neste artigo à discussão de como a leitura de suportes textuais que, aparentemente, não teriam objetivo formador contribuíam para a civilização da mulher. Um desses suportes seria a revista feminina: leitura de fruição - despretensiosa portanto-, que tinha como um de seus principais objetivos entreter suas leitoras.

Dentro do universo de revistas femininas, selecionamos um periódico que circulou na primeira metade do século XX: o *Jornal das Moças* (1914-1965). O recorte<sup>4</sup> para este trabalho compreende a manifestação do gênero *conselho*, no exemplar publicado em 21 de janeiro de 1937.

Nossa exposição, a partir deste ponto, é composta de quatro partes. Na primeira, tratamos da educação da mulher e do papel ocupado pela leitura nessa educação; na segunda, apresentamos o *Jornal das Moças*<sup>5</sup> (JM); já na terceira, analisamos o gênero textual *conselho*, veiculado no periódico, relacionando uma ocorrência do gênero ao projeto de educação da mulher subjacente à leitura do JM. Por último, tecemos algumas considerações a respeito dos resultados da análise.

## 1. Leitura e educação feminina no Brasil

A educação feminina no Brasil assemelhou-se, durante muito tempo, à educação dada às mulheres em Portugal. Na tradição ibérica, por sua vez, a mulher deveria restringir-se a cuidar da casa, do marido e dos filhos. Para a sociedade misógina portuguesa, as mulheres eram consideradas seres inferiores e estariam na classe do *imbecilitus sexus* – sexo imbecil -, paradigma em que se encontravam também as crianças e os doentes mentais (RIBEIRO, 2000).

Até o início do período imperial, em 1822, não havia preocupação com a educação formal feminina na colônia. Algumas mulheres de família mais abastadas iam estudar em Portugal, mas a grande maioria – seguindo a tradição patriarcal católica predominante no Brasil -, era educada em casa e essa educação restringia-se a prendas domésticas, à leitura de livros piedosos e morais e a rudimentos de escrita: aprendizado suficiente para administrar uma casa e comandar escravos. A alternativa para aquelas que queriam (e a quem era permitido) estudar era ir para um convento, cujo surgimento no Brasil data apenas da segunda metade do século XVII. Nessas instituições e mais tarde nos internatos católicos, as brasileiras tinham aulas de leitura e de escrita, música, de cantochoão, órgão e trabalhos domésticos.

Ainda no século XIX, as classes brasileiras mais abastadas admitiram, por outro lado, que não era o bastante que suas mulheres soubessem dirigir a casa e governar escravos. A admissão de que era preciso dar um polimento sociocultural às

---

<sup>4</sup> O recorte feito é parte de nossa pesquisa (ainda em andamento) desenvolvida no Doutorado em Educação Brasileira, na Universidade Federal do Ceará.

<sup>5</sup> Deste ponto em diante JM.

mulheres, no entanto, não foi suficiente para que o Estado cumprisse a obrigação de proporcionar educação a mulheres.

No decreto imperial de 15 de outubro de 1827, por exemplo, o governo estabeleceu um currículo não profissionalizante para a educação feminina, “voltado para a formação de donas-de-casa, composto das seguintes disciplinas: leitura, escrita, quatro operações, gramática, moral cristã, doutrina católica e prendas domésticas.” (MANOEL, 1996, p.23). Para os homens foi proposto um currículo bem mais completo. Entretanto, não houve condições práticas para execução de nenhum dos programas de estudo, uma vez que escolas não foram criadas para a execução do decreto.

A literatura de viagem - através da qual viajantes estrangeiros descrevem o Brasil -, apresenta-nos relatos em que se caracterizava a educação feminina, ainda em meados do século XIX, como inferior à instrução e formação dada aos homens. Vejamos o que asseveram Jean Louis e Elizabeth Agassiz, em 1865:

Em geral, no Brasil, pouco se cuida da educação das mulheres, o nível de ensino dado nas escolas femininas é pouquíssimo elevado; mesmo nos pensionatos freqüentados pelas filhas das classes menos abastadas, todos os professores se queixam de lhes retirarem as alunas justamente na idade em que a inteligência começa a se desenvolver. A maioria das meninas enviadas à escola aí entram com a idade de sete ou oito anos; aos treze ou quatorze anos são consideradas como tendo terminado os estudos. O casamento as espreita e não tarda a tomá-las. (...)

o mundo dos livros lhes é fechado, pois é reduzido o número de obras portuguesas que lhes permitem ler, e menor ainda o de obras estrangeiras a seu alcance escritas em outras línguas. (*Apud* LEITE, 1984, p.74)

Se na primeira metade do século XIX, as práticas de leitura femininas restringiam-se a leituras piedosas e de cunho moral, na segunda metade essas leituras se encaminharam para algo mais mundano. A própria configuração da sociedade brasileira, em especial a do Rio de Janeiro, contribuiu para que essas práticas se modificassem. Às mulheres passou a ser permitido, por exemplo, circular pelos salões, um dos novos espaços de convivência em sociedade. Nos salões apresentavam-se *ouvía-se ler* novos textos dirigidos a um público recentemente valorizado: o das leitoras. A relação entre esses lugares de sociabilidade e a importância do novo público leitor pode ser assim descrita:

Nesses espaços, os escritores garantiam o monopólio da primeira edição das futuras obras a serem lidas, à luz de vela ou lampião a gás, nos longos serões das noites brasileiras. Os salões, assim como os jornais, tinham sua importância como formadores de opinião e de público: em ambos circulavam informações de leitura. Nos salões formava-se uma nova fração de público, modificando o perfil do jornal e do leitor: eram as mulheres... (MORAIS, 2002, p. 62)

A valorização de leitoras como um segmento para quem deveriam ser produzidos discursos específicos caminhou pelo final do século XIX e estendeu-se até o século XX. Na verdade, uma outra função social pretendida para a mulher

favoreceu a valorização da instrução feminina e, conseqüentemente, o aumento desse segmento de leitores. O discurso positivista agregou às funções de mãe, dona-de-casa e esposa a função de educadora dos filhos da pátria.

Dessa forma, nas primeiras décadas dos anos noventa, no imaginário da sociedade brasileira, a mulher assumia alguns *ethos*<sup>6</sup>: pureza, doçura, moralidade cristã, maternidade, generosidade e patriotismo.

Essa mulher idealizada - a quem já era permitido trabalhar desde que em funções que fossem extensão de seu papel no lar, tais como as de professora e enfermeira<sup>7</sup> - tinha como práticas de leitura, a leitura solitária de romances e livros de civilidade; a leitura coletiva de folhetins encartados em jornais e revistas, durante serões de família; assim como a leitura de conselhos sobre moda, higiene, culinária, saúde das crianças e culinária, sonetos, crônica social, contos, piadas publicadas em revistas femininas. À mulher do novo século eram consentidas diversas leituras. Isso, entretanto, não significava que não houvesse preocupação com o que poderia chegar às mãos e aos olhos, principalmente, de moças solteiras<sup>8</sup>.

A partir da consideração das práticas de leitura recomendadas/permitidas à mulher, voltamos à extensão da função formativa da escola e da família e à antinomia constitutiva da Modernidade: à mulher foi sendo dada liberdade de ler mais escritos, por outro lado, o acesso a esses escritos era controlado pela família, pela escola e pela Igreja.

Assumindo a perspectiva de Foucault (1986), poder-se-ia afirmar que através de uma ação capilar e difusa, deslizaria sutilmente nos impressos e através da leitura um poder, o qual, por seu turno, penetraria nas consciências (femininas, neste caso específico), por meio do controle de gestos, posições, comportamentos. Ter-se-iam assim consciências (femininas) dóceis e suscetíveis ao projeto educativo imaginado para elas. Nesse projeto o papel de dona-de-casa-mãe-esposa-educadora desempenharia lugar central.

## **2. *Jornal das moças*: uma revista de moda e entretenimento**

---

<sup>6</sup> De acordo com Maingueneau (1998, p. 60), em todo discurso estaria implicada uma certa representação do corpo (*ethos*) daquele que se responsabiliza pelo discurso: o enunciador. Atribuir-se-iam então a ele um *caráter*: um conjunto de traços psicológicos (jovial, sincero, doce, perverso, por exemplo) e uma *corporalidade*: conjunto de traços físicos e indumentários. O caráter e a corporalidade seriam inseparáveis e fundar-se-iam em esteriótipos avaliados positiva ou negativamente pelos grupos sociais.

<sup>7</sup> Aqui nos referimos às mulheres das classes mais abastadas. As mulheres de classes populares já trabalhavam para ajuda ou manutenção da família em ofícios como o de costureira, caixeira, vendedora, lavadeira, entre outros, desde antes do século XX.

<sup>8</sup> Sobre práticas de leitura de mulheres no final do século XIX e início do século XX, Heller (2006) faz uma interessante análise de leitoras de ficção e de leitoras reais. Estas últimas são referidas, no escrito, a partir do público leitor da Revista Feminina, publicada entre 1914 e 1936.

Na construção dos sentidos do texto, além do conhecimento prévio do leitor, desempenha importante papel a forma como o texto se apresenta a ele. O suporte textual, aquilo que comporta o texto ou, no dizer de Chartier (2001), a materialidade que dá existência ao texto, também pertenceria ao processo de produção de sentidos. A descrição do suporte contribui, assim, para o entendimento de como se configuram as práticas de leitura de determinada época, a leitura por determinados leitores, além de dar pistas sobre intenções dos enunciadorees. Passemos, então, à descrição do suporte de que trata nossa análise.

### *Contexto de circulação*

O periódico *Jornal das Moças* – “revista semanal ilustrada”<sup>9</sup> circulou, às quartas-feiras, entre 1914 e 1965 aproximadamente. Durante os cinquenta e seis anos em que foi publicado o JM atravessou períodos histórico-político-culturais distintos e que muitas vezes não se refletiram nas páginas dessa revista<sup>10</sup>. Aliás, neste aspecto, o JM enquadra-se perfeitamente no esteriótipo da revista feminina e assim se ocupa de assuntos mundanos, domésticos e frívolos, sugerindo o *ethos* da mulher moderna de classes mais abastadas: a mulher que se preocupa com o lar, com a vida em sociedade, mas que não estende suas preocupações além dos cuidados com a casa, os filhos e o marido e com algumas festas religiosas ou pagãs, como o mês de Maria ou com o Carnaval, por exemplo.

A publicação era semanal, no Rio de Janeiro, e a distribuição da revista era feita em todo o Brasil, incluindo capitais e algumas cidades do interior de vários estados do país, tais como Acre, Amazonas, Alagoas, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Santa Catarina, Rio grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, entre outros.

### *Projeto editorial*

O *Jornal das Moças*, assim como outras revistas ilustradas da 1ª metade do século XX, inspirava-se nos magazines ilustrados ou nas revistas de variedades do século XIX, os quais, por sua vez, copiavam modelos europeus, sobretudo os franceses.

Destinada ao público feminino, o JM seguia os padrões das publicações de sua época inclusive em relação ao nome. Como no início da imprensa jornal e revistas se distinguiam mais pelo conteúdo do que pelo formato, consideravam-se revistas as publicações que, mesmo tendo a aparência de jornal, continham maior variedade de assuntos, principalmente no que dizia respeito à ficção, à poesia e a outros tipos de texto de entretenimento. Aos jornais caberiam os textos de opinião e a discussão de idéias, por exemplo. Apesar de haver essa divisão, alguns periódicos femininos brasileiros tinham no nome jornal, mesmo tratando-se revistas. (BUIITINI, 1990)

---

<sup>9</sup> No Expediente, ao final de alguns números a alusão à revista se faz como “Semana Ilustrado e Literário”. (JM, 5/07/1934)

<sup>10</sup> Em revistas dos anos de 1942 a 1945, por exemplo, não há alusão alguma à 2ª Guerra Mundial.

Com diagramação bastante diferente do que se tem na imprensa atual, o JM tinha espaço para assuntos os mais variados, assim como para enunciadores os mais distintos. A propósito, a primeira peculiaridade da revista diz respeito àqueles que colaboram na escritura dos textos. Não há distinção clara entre os profissionais que escreviam para a revista e os leitores que por ventura quisessem colaborar ou simplesmente ver seus textos publicados. Na verdade, é difícil perceber a quem se atribui a autoria de uma infinidade de escritos em um mesmo número do periódico. Supomos, então, que a revista tinha alguns colaboradores profissionais (jornalistas, literatos), mas que não se incomodava em publicar e até recebia de bom grado textos de leitores. Isso pode ser confirmado se observarmos o excerto a seguir, constante na seção *Expediente*:

A redacção do 'Jornal das Moças' publicará gratuitamente, depois de completamente julgados todos os trabalhos em prosa ou verso que lhe forem remetidos por qualquer leitor, assignante ou não.

Os originaes enviados á redacção não serão restituídos, ainda mesmo que não sejam publicados.

As photographias enviadas á redacção também não serão restituídas.

Os originaes escriptos a lápis ou de ambos os lados do papel não serão aceitos, assim como os que contiverem offensa ou immoralidade.

A redacção não se responsabiliza pelos trabalhos firmados por seus collaboradores.

Toda correspondência deverá ser assim endereçada: "Empreza Jornal das Moças"  
– Rua Pedro 1.o 16 –Sob –Rio.<sup>11</sup> (JM, 05/07/1934)

Como se vê pelo fragmento, não havia especificação de assunto ou de gênero do discurso reservados à colaboração do leitor. Essa expectativa se confirma no corpo da revista em que deparamos com poemas, cartas, contos, piadas, comentários entre outros escritos em que se supõe que o co-enunciador (leitor) transforma-se em enunciador e confere voz à revista.

Ainda a propósito da organização/distribuição dos textos na página, a disposição textual é confusa e cada número organiza-se por vezes de maneira completamente distinta. Segue-se um padrão na localização de alguns anúncios e algumas raras seções. Na verdade, figuram poucas seções na revista. A maioria dos textos são publicados de maneira quase aleatória e de forma que todos os espaços da página sejam preenchidos, mesmo que essa organização prejudique a compreensão de alguns escritos. Cite-se a organização em colunas em que se tem, por exemplo, a página dividida em três. Entretanto, as colunas são entrecortadas na horizontal por anúncios que interrompem o fluxo textual.

Quanto aos temas/gêneros, o periódico traz moda, conselhos domésticos, contos, poemas, piadas, notícias de cinema, curiosidades, receitas culinárias, moldes de roupas da estação, fotos da sociedade fluminense, inúmeros anúncios de cosméticos, de medicamentos, e de lojas especializadas em artigos femininos e infantis, partituras de músicas, resenhas de filmes, sugestões de leitura. Quanto às

---

<sup>11</sup> Mantivemos a ortografia original dos textos reproduzidos neste trabalho.

seções fixas, poucas figuram em todos os números. Todavia, destaca-se o encarte “Jornal da Mulher”, o qual se caracteriza como uma outra revista dentro do JM. O encarte era dirigido por uma mulher, Yara Sylvia, e se dedicava a apresentar modelos/moldes de roupas, bordados, tapeçaria e pintura de artigos para o lar, além de conselhos sobre saúde, beleza, comportamento, medicina doméstica e administração do lar. Há ainda as seções “Evangelho das mães”, que contém conselhos sobre filhos, marido e casa; “Conselhos de beleza”, em que se têm dicas sobre tratamentos de beleza; “Caixa”, espaço reservado à redação, que comenta (de maneira até indelicada) o porquê de alguns textos enviados para a revista não terem sido aceitos.

### *Caracterização das leitoras*

A leitora do *Jornal das Moças* pertence às classes alta e média, como sugerem alguns temas do semanário. A sugestão de modelos de roupas da estação e para determinadas circunstâncias (para o chá da tarde, para o passeio, para o clube, para a *soirée*), os anúncios de bens de consumo como utensílios do lar, cosméticos, roupas e acessórios confirmam a classe social a que deviam pertencer as leitoras do JM.

Embora com pouca frequência, o periódico sugeria os hábitos e as práticas de leitura femininas à época da publicação. No exemplar de 5/07/1934, por exemplo, um anúncio bastante elucidativo em relação às leituras recomendadas. Sob o título *A nova biblioteca das moças*, anunciava-se “A melhor e a mais criteriosa coleção de romances para moças publicada em português”. Entre as doze obras oferecidas estavam “Mulherzinhas”, de Louisa May Alcott; “Sonho de moça”, de Kate Douglas; e “Pollyanna”, de Elyanor H. Porter. Ainda segundo os enunciadores, Alguns dos romances que compunham a biblioteca poderiam “ser lidos por meninas”. Tanto os títulos indicados quanto a classificação – para moças e para meninas – sugerem o controle das práticas de leituras femininas, à época.

### **3. Conselhos para moças e senhoras de bem**

Desde seu surgimento, no século XIX, as revistas femininas propunham-se a levar às leitoras textos amenos e que combinassem com a esfera do privado, local determinado para o desempenho dos papéis sociais destinados à mulher. A própria veiculação de textos cujos conteúdos reproduziam/sugeriam os lugares de mãe, dona-de-casa, esposa e educadora dos filhos da pátria - aqueles aos quais toda mulher deveria almejar-, já dava indícios de que a extensão da função formativa da escola e da família passara a se manifestar também em outros domínios discursivos, tais como o da imprensa, por exemplo.

No JM, um dos gêneros do discurso que invariavelmente remetiam aos papéis sociais femininos desempenhados pela mulher, na 1ª metade do século XX, era o *conselho*. Como já observamos, a revista apresentava poucas seções fixas e entre

elas estava o *Evangelho das mães*. Nesse espaço publicavam-se textos injuntivos cujos conteúdos versavam sobre comportamento feminino, saúde e educação de crianças e prendas domésticas.

Neste ponto, cabe retomar o conceito de civilidade (ELIAS, 1993) - controle de pulsões, regulação de comportamentos – ao qual já aludimos na introdução. A civilidade seria o resultado do processo civilizador pelo qual teria se estruturado uma rede de censuras que lenta e conjuntamente transformaria os comportamentos, as emoções individuais e a vida coletiva. Para Elias (*op. cit.*), esse processo de civilização não teria começo nem fim, atuando assim continuamente nas configurações sociais.

Ainda segundo o sociólogo, a civilização não seria consequência de um projeto deliberado, de algo urdido por um agente ou por um conjunto de pessoas responsáveis pela inculcação das regras sociais. O processo civilizatório resultaria, na verdade, de um movimento de longa duração histórica que, através de assimilações e incorporações involuntárias, possibilita a transformação de proibições sociais em autoproibições, em autocensuras.

A leitura, por ser uma prática da intimidade, poderia, então, colaborar com a internalização das leis sociais, modulando o pensamento e a conduta dos leitores. Dessa forma, interessa-nos aqui analisar como o conceito de civilidade é operado via leitura, uma vez que, de acordo com Leão (2006, p. 7), a leitura, como uma prática que possibilita incorporações, pode subverter valores e alterar comportamentos. O gênero *conselho*, como um texto eminentemente injuntivo, tem como propósito comunicativo dar instruções para mudar o comportamento do interlocutor.

No caso do JM, os conselhos não são demandados pelas leitoras. Os enunciadores, na verdade, escolhem os assuntos a respeito dos quais acreditam que as co-enunciadoras (leitoras) precisariam ser instruídas. Destacamos para este trabalho um texto cujo tema (comportamento da mulher em relação ao homem), estilo verbal (verbos no imperativo, nomes e adjetivos que destacam valores afetivos) e a composição (breve introdução com recorrência a discurso de autoridade de outrem, no caso, atrizes de cinema; enunciados afirmativos ou negativos sobre o tema) permitem ver a configuração prototípica do gênero *conselho*<sup>12</sup>.

O excerto a seguir, circulou no JM de 21/01/1937, entre modelos de roupas femininas e anúncios, fora da seção em que se apresentavam conselhos (*Evangelho das mães*).

#### **O QUE DEVE FAZER A MULHER PARA CONSERVAR O INTERESSE DOS HOMENS**

As mulheres que queiram manter vivo o interesse dos homens por ellas devem preocupar-se com certos pequenos detalhes. Esta é a declaração de um grupo de atrizes de Holywood deu á publicidade recentemente. Cada uma delas

---

<sup>12</sup> A categorização do gênero foi feita a partir de Bakhtin (1997).

indicou um detalhe, que, embora pareça insignificante lhes tem servido para reter o affecto e interesse do sexo masculino.

O grupo aludido é composto por Gladys George, Joan Crawford, Mary Carlisle, Ida Lupino e Eleonore Whitney. Seus conselhos são os seguintes:

Gladys George:- **Não seja curiosa.**

Joan Crawford:- Não faça esperar os homens.

Mary Carlisle:- Não procure acariciar um homem desconsolado.

Eleonore Whitney:- Não se exiba deante dos homens sem estar bem arranjada.

Ida Lupino:- Acaricie-o quando estiver enfermo.

Gladys George acrescenta:- A mulher que queira bem a seu marido deve preocupar-se com insignificantes detalhes, que, ás vezes, são muito importantes. **Não ha nada que irrite tanto a um homem como que lhe façam explicar suas ausências. O melhor é aceitar suas explicações como artigo de fé. Contém muita verdade o rifão: “olhos que não vêem, coração que não sente”.**

Carole Lombard confessa que um dos pecadilhos mais prejudiciaes é o de fazer esperar os homens.

“Os homens – diz a encantadora atriz – se rebelam contra a falta de pontualidade tão corrente entre as mulheres. **Attribuem o facto de que uma mulher chegue tarde a seus encontros como á falta de interesse neles e detalhes como este, parecendo sem importância, são os que causam os divórcios”.**

**“Quando um homem está de mal humor incommodam-lhe as caricias. O melhor é deixa-lo em paz até que haja passado a nuvem. A que tenha graça deve procurar-lhe a existência para que se esqueça depressa de suas preocupações.”** (...) (grifos nossos)

Chama-nos atenção no texto o propósito de estabelecer regras de sociabilidade para mulheres. À época, o cinema americano estava em franca ascensão dar, então, voz a atrizes, mostrando que elas, apesar de famosas e inacessíveis, também se preocupavam em tratar bem seus maridos (assim como as mulheres comuns, leitoras da revista) confere ao texto enorme argumentatividade.

As enunciadoras produzem assim um discurso que condiz com o comportamento esperado de “mulheres de bem”, de mulheres que zelam pelo bem-estar da família. A mulher deveria ser submissa, recatada, compreensiva e a ela caberia a responsabilidade de manter a instituição do casamento.

O *ethos* da submissão é sugerido no discurso Glades George: “Não ha nada que irrite tanto a um homem como que lhe façam explicar suas ausências. O melhor é aceitar suas explicações como artigo de fé. Contém muita verdade o rifão: ‘olhos que não vêem, coração que não sente’.” Já o do recato figura no trecho: “Não seja curiosa.”. O *ethos* da compreensão pode ser encontrado no excerto: Quando um homem está de mal humor incommodam-lhe as caricias. O melhor é deixa-lo em paz até que haja passado a nuvem. A que tenha graça deve procurar-lhe a existência para que se esqueça depressa de suas preocupações.”

Procedendo à difusão de códigos de conduta social, além da representação de *ethos* femininos, as enunciadoras também sugerem uma das responsabilidades da mulher no casamento: evitar que o marido se aborreça e dela se divorcie:[os homens] **Attribuem o facto de que uma mulher chegue tarde a seus encontros como**

á falta de interesse neles e detalhes como este, parecendo sem importância, são os que causam os divórcios”.

A partir da análise do texto, é possível afirmar que revistas femininas também tratavam de difundir modelos de civilidade. Nesse suporte, se impunham regras de convívio social: algumas vezes explicitamente, como no caso dos conselhos, outras vezes subliminarmente como no caso de contos e de crônica social.

Sendo assim, a leitura de fruição praticada pelas co-enunciadoras, na verdade, criaria uma delicada teia, a qual, sem que elas percebessem, iria contribuindo para que assimilassem o controle de determinadas pulsões e para que o autocontrole de suas emoções aumentasse. É estabelecido assim um processo de civilização individual que, na verdade, reflete um processo de civilização social e vice-versa.

### **Considerações finais**

Neste artigo, abordamos a relação existente entre a revistas femininas e educação da mulher. Partimos do pressuposto de que a função formativa da escola e da família espalhou-se para outras esferas de socialização. Via leitura, a formação de indivíduos pôde assumir contornos insuspeitos e, por meio de discursos aparentemente descompromissados, uma rede de poder invisível continuou a determinar lugares e comportamentos sociais.

Contudo, não é possível afirmar que todos os discursos injuntivos dados a ler - em revistas femininas(e no JM, em especial) -, a senhoras e senhoritas do início do século XX foram plenamente eficazes em seu intento de civilizar, de estabelecer o controle de emoções. Isso porque, no dizer de Chartier (2004) existe uma distância entre a norma e a vivência, entre a injunção e a prática, entre o sentido pretendido e o sentido produzido: uma distância em que podem se imprimir reformulações e desvios. Felizmente...

### **Referências**

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo : Martins Fontes, 1997.
- BUITINI, Dulcília S. **Imprensa feminina**.2ed.São Paulo:Ática, 1990.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Unesp,1999.
- CHARTIER, Roger. **Leitura e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Unesp, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Cultura escrita, Literatura e História**. Porto Alegre:Artmed, 2001.
- ELIAS, Nobert. **O processo civilizador**.: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro:Jorge Zahar, 1993. v. 2.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 4ed. Petrópolis:Vozes, 1986.
- HELLER, Bárbara. **Da pena à prensa**: mulheres e leitura no Brasil (1890-1920). São Paulo:Porto de Idéias, 2006.
- LEÃO, Andréa Borges. **Nobert Elias e a educação**. Fortaleza: UFC, 2006. (no prelo)

LEITE, Miriam Moreira. **A condição feminina no Rio de Janeiro: século XIX.** São Paulo: Hucitec, 1984.

MAINGENEAU, D. **Termos-chave da análise do discurso.** Belo Horizonte:UFMG, 1998.

MANOEL, Ivan A. **Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo.** São Paulo: UNESP, 1996.

MORAIS, Ma Aristene C. de. **Leitura de mulheres no século XIX.** Belo Horizonte:Autêntica, 2002.

RIBEIRO, Arilda Inês M. Mulheres educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G (Orgs). **500 anos de educação no Brasil.** 2ed. Belo Horizonte:Autêntica, 2000.